

PLANEJAMENTO METROPOLITANO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM:

permanências históricas e a constituição do arco logístico
metropolitano (contemporâneo)

EIXO TEMÁTICO I: Trajetórias, Institucionalização e Circulação de Ideias no Urbanismo

LIMA, José Júlio

PhD; Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFPA

jjlimaufpa@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa a conformação contemporânea do Arco Logístico Metropolitano (ALM) na Região Metropolitana de Belém (RMB), interpretando-a como desdobramento histórico das estratégias de planejamento urbano-regional formuladas desde a institucionalização da RMB, sobretudo nos planos diretores das décadas de 1970 e 1980. Inserido na historiografia do urbanismo latino-americano, o estudo compreende o planejamento como dimensão constitutiva do projeto desenvolvimentista, marcado pela centralidade do Estado na organização territorial e pela circulação internacional de ideias urbanísticas reinterpretadas no contexto amazônico. No debate brasileiro, dialoga com abordagens que tratam o planejamento como prática histórica estatal e a questão metropolitana como construção vinculada ao controle territorial, social e econômico. A partir da análise de Benevides, evidencia-se a permanência de estratégias espaciais de longa duração, posteriormente reatualizadas por novas formas de acumulação, como logística, comércio em larga escala e financeirização do espaço. O artigo sustenta que o ALM não constitui fenômeno recente ou meramente econômico, mas expressão contemporânea de racionalidades territoriais historicamente formuladas. Por fim, aponta a necessidade de aprofundar investigações sobre seus impactos socioambientais e de estabelecer comparações com outras regiões metropolitanas brasileiras.

Palavras-chave: modelos espaciais; história do planejamento urbano; impactos socioambientais; Arco Logístico Metropolitano; Região Metropolitana de Belém

PENSAR FORA DO EIXO

ABSTRACT

This article examines the contemporary configuration of the Metropolitan Logistic Arc (ALM) in the Metropolitan Region of Belém (RMB), interpreting it as a historical outcome of urban-regional planning strategies formulated since the institutionalisation of the RMB, particularly through the master plans of the 1970s and 1980s. Situated within the historiography of Latin American urbanism, the study understands planning as a constitutive dimension of the developmentalist project, shaped by the central role of the State in territorial organisation and by the international circulation of urbanistic ideas reinterpreted in the Amazonian context. Within the Brazilian debate, it engages with approaches that treat planning as a historical state practice and the metropolitan question as a construction linked to territorial, social and economic control. Through the analysis of Benevides, the article highlights the persistence of long-term spatial strategies, later updated by new forms of accumulation, such as logistics, large-scale commerce and the financialisation of space. It argues that the ALM is not a recent or merely economic phenomenon, but rather a contemporary expression of historically produced territorial rationalities. Finally, it points to the need for further research on its socio-environmental impacts and for comparative studies with other Brazilian metropolitan regions.

Keywords: spatial models; history of urban planning; socio-environmental impacts; Metropolitan Logistic Arc; Metropolitan Region of Belém

RESUMEN

Este artículo analiza la configuración contemporánea del Arco Logístico Metropolitano (ALM) en la Región Metropolitana de Belém (RMB), interpretándola como resultado histórico de las estrategias de planificación urbano-regional formuladas desde la institucionalización de la RMB, especialmente a través de los planes directores de las décadas de 1970 y 1980. Inserto en la historiografía del urbanismo latinoamericano, el estudio entiende la planificación como una dimensión constitutiva del proyecto desarrollista, marcada por la centralidad del Estado en la organización territorial y por la circulación internacional de ideas urbanísticas reinterpretadas en el contexto amazónico. En el debate brasileño, dialoga con enfoques que conciben la planificación como práctica histórica estatal y la cuestión metropolitana como construcción vinculada al control territorial, social y económico. A partir del análisis de Benevides, el artículo evidencia la permanencia de estrategias espaciales de larga duración, posteriormente actualizadas por nuevas formas de acumulación, como la logística, el comercio a gran escala y la financiarización del espacio. Sostiene, además, que el ALM no constituye un fenómeno reciente ni meramente económico, sino una expresión contemporánea de racionalidades territoriales históricamente formuladas. Por último, señala la necesidad de profundizar las investigaciones sobre sus impactos socioambientales y de establecer comparaciones con otras regiones metropolitanas brasileñas.

Palabras clave: modelos espaciales; historia de la planificación urbana; impactos socioambientales; Arco Logístico Metropolitano; Región Metropolitana de Belém

PENSAR FORA DO EIXO

INTRODUÇÃO

A constituição das regiões metropolitanas brasileiras, a partir das décadas de 1960 e 1970, inscreve-se em um momento histórico no qual o planejamento urbano e regional assumiu centralidade como instrumento de intervenção estatal e de organização do território. No contexto latino-americano, esse processo esteve fortemente associado aos projetos desenvolvimentistas, à industrialização por substituição de importações e à concepção da cidade como alavanca para o desenvolvimento econômico e social. A historiografia do urbanismo tem destacado que, longe de representar mera importação de modelos estrangeiros, o planejamento urbano na América Latina resultou de apropriações seletivas e reinterpretações locais de ideias e práticas, conformando aquilo que se convencionou denominar “cidade latino-americana” como projeto político e intelectual.

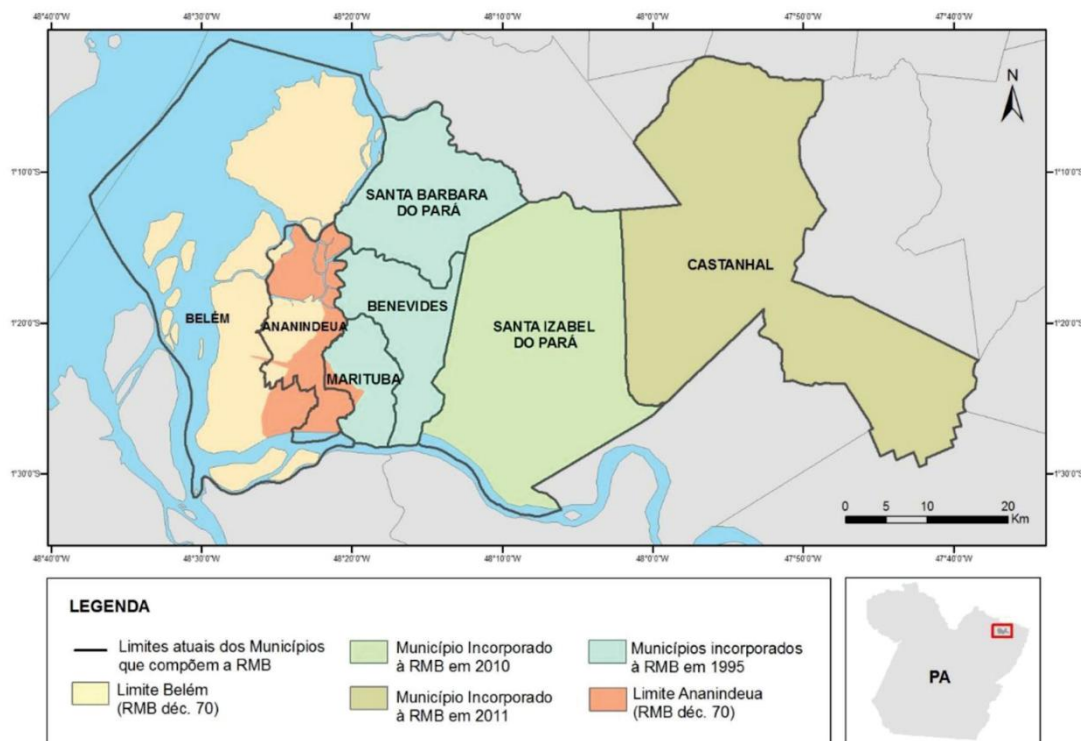
No Brasil, esse ideário consolidou-se ao longo do século XX, a partir da crescente articulação entre Estado, urbanização e desenvolvimento econômico. Como apontam estudos da historiografia do urbanismo brasileiro, o período que se estende da década de 1930 ao regime militar marca a consolidação do planejamento como prática técnica e política, voltada simultaneamente à modernização econômica, à organização espacial e à legitimação social da ação estatal. A institucionalização das regiões metropolitanas, nos anos 1970, representa um desdobramento desse processo, associando planejamento urbano-regional, infraestrutura e controle territorial em escala ampliada.

É nesse quadro que se inserem a criação da Região Metropolitana de Belém (RMB), em 1973, juntamente com as demais regiões metropolitanas brasileiras (Brasil, 1973), e a formulação de seus primeiros instrumentos de planejamento compreensivo, como o Plano Diretor da Grande Belém (PDGB), de 1975 (CODEM et al., 1975), e o Plano de Estruturação Metropolitana (PEM), de 1980 (Geotécnica et al., 1980). Inspirados por referenciais teórico-histórico-estruturais e por estratégias desenvolvimentistas então hegemônicas, esses planos conceberam o território metropolitano como suporte para a expansão industrial, a descentralização funcional e a integração logística, articulando macrozoneamento, sistema viário e localização de atividades produtivas. A noção de “descentralização concentrada” emergiu, nesse contexto, como princípio organizador do espaço metropolitano, orientando a expansão urbana e a distribuição dos usos do solo. Em 1973, a então RMB era constituída por dois municípios parcialmente conurbados, Belém e Ananindeua. Quarenta anos depois, foram acrescentados mais seis municípios (Pará, 2023). Atualmente, a região é composta

PENSAR FORA DO EIXO

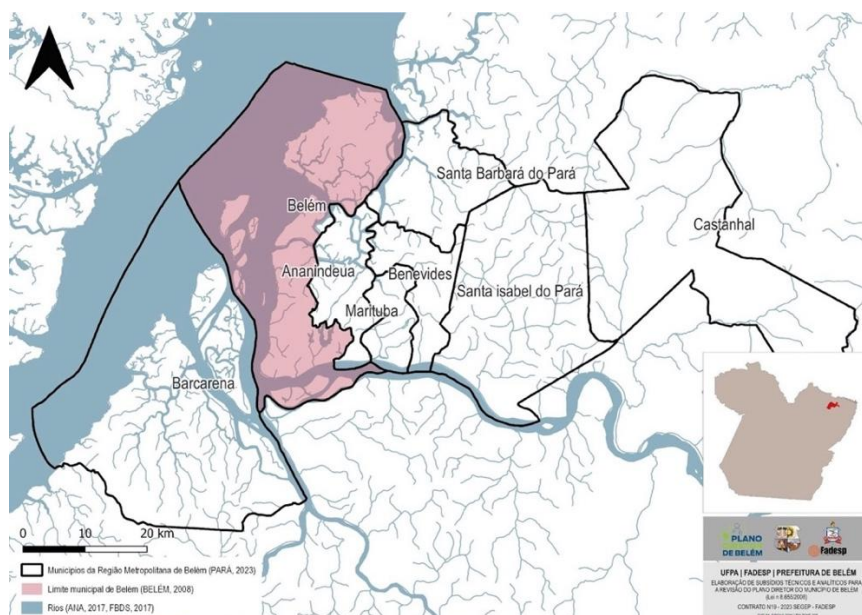
por Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Santa Isabel do Pará, Castanhal e Barcarena (figuras 1 e 2).

Figura 1 Mapa da RMB até 2022 com a identificação das datas de inclusão dos municípios



Fonte: Cardoso et al. (2015).

Figura 2 Mapa da RMB a partir de 2023 com a inclusão de Barcarena e a indicação do sistema hídrico



Fonte: FADESP (2024).

PENSAR FORA DO EIXO

Diante das constatações acima, recorre-se à historiografia recente como base para compreender que o planejamento metropolitano brasileiro não deve ser entendido apenas como um conjunto de instrumentos técnicos, mas como expressão histórica de uma racionalidade estatal específica, cujos efeitos se prolongam no tempo, mesmo diante de mudanças institucionais e econômicas. A transição para o período democrático, a partir da Constituição de 1988, e a municipalização das políticas urbanas não significaram, necessariamente, ruptura com as estratégias territoriais previamente formuladas, mas, antes, sua reconfiguração sob novas formas de governança e acumulação.

Nesse sentido, o presente artigo propõe analisar o processo histórico de constituição do planejamento metropolitano na RMB, buscando evidenciar as permanências e reatualizações das estratégias de desenvolvimento econômico e organização espacial formuladas entre as décadas de 1970 e 1980. Parte-se da hipótese de que a conformação contemporânea do chamado “Arco Logístico Metropolitano” (ALM) — formado por distritos industriais, infraestrutura viária e transporte fluvial às margens do Rio Maguari, cuja orla alcança municípios metropolitanos e tem atraído empresas de logística, com destaque para as operações de planejamento espacial e incentivos fiscais em Benevides — não constitui um fenômeno recente ou contingente, mas um desdobramento histórico de diretrizes e concepções inscritas nos planos metropolitanos e municipais ao longo de várias décadas.

Ao adotar uma abordagem histórico-interpretativa, baseada na análise documental de planos urbanísticos e instrumentos de planejamento, o artigo insere-se no campo da história do urbanismo, dialogando com a historiografia latino-americana e brasileira que compreende o planejamento como prática social, política e espacial. Desse modo, busca contribuir para o debate sobre a produção histórica do espaço metropolitano na Amazônia, ainda pouco explorado no âmbito da história urbana, evidenciando como estratégias de longa duração continuam a moldar o território, suas funções econômicas e suas contradições socioambientais.

O artigo adota uma abordagem qualitativa de caráter histórico-interpretativo, situada no campo da história do urbanismo e do planejamento urbano-regional. A metodologia baseia-se na análise articulada de fontes documentais, cartográficas e empíricas, com o objetivo de compreender o processo histórico de formulação das estratégias de planejamento metropolitano na RMB e seus desdobramentos na organização do ALM. O primeiro procedimento metodológico consistiu na

PENSAR FORA DO EIXO

análise dos planos metropolitanos elaborados no contexto de institucionalização da região, especialmente o PDGB e o PEM. Esses documentos foram tratados como fontes históricas, analisadas enquanto expressões de uma racionalidade de planejamento vinculada ao projeto desenvolvimentista e à atuação do Estado na organização territorial, com atenção aos princípios de organização espacial, à centralidade da infraestrutura e à relação entre planejamento e desenvolvimento econômico. De forma complementar, realizou-se uma análise cartográfica das propostas espaciais presentes nesses planos, com foco nos mapas de macrozoneamento, áreas industriais e eixos de circulação. A cartografia foi interpretada como linguagem do planejamento, permitindo identificar hierarquias territoriais e estratégias espaciais de longa duração.

A metodologia incluiu ainda a análise dos planos diretores municipais elaborados a partir dos anos 2000, com destaque para Benevides, buscando identificar continuidades e reatualizações das diretrizes metropolitanas na escala local. Por fim, foram coletados dados sobre os empreendimentos industriais e logísticos instalados em Benevides, com base em informações institucionais e registros públicos, permitindo relacionar empiricamente a dinâmica recente de investimentos privados às estratégias de planejamento formuladas historicamente. Esses dados foram analisados de forma articulada às fontes documentais e cartográficas, não como simples inventário econômico, mas como evidência da materialização histórica das estratégias de planejamento. O foco recaiu sobre a relação entre regulação do uso do solo, infraestrutura e localização dos empreendimentos, reforçando a interpretação do ALM como resultado de um processo histórico de longa duração.

A contribuição do artigo consiste em demonstrar como a circulação de ideias urbanísticas se materializa em uma região periférica da periferia nacional, reforçando a relevância da Amazônia no debate latino-americano. A partir desse recorte, o ALM é tratado como objeto histórico, e não como fenômeno recente ou exclusivamente econômico. Essa perspectiva permite dialogar com a historiografia crítica do planejamento, evidenciar permanências estruturais sob formas contemporâneas de acumulação — como logística e e-commerce — e sustentar a longa duração das estratégias espaciais na produção do território metropolitano.

O artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução. A primeira apresenta notas teóricas sobre planejamento urbano, desenvolvimento e história, situando a circulação de ideias associadas ao desenvolvimentismo na historiografia brasileira e latino-americana. A segunda examina o planejamento metropolitano da RMB e suas principais estratégias territoriais. A terceira analisa os planos diretores municipais elaborados após a Constituição de 1988, com ênfase na

PENSAR FORA DO EIXO

reinterpretação local das diretrizes metropolitanas e na constituição do ALM como objeto historiográfico. A quarta seção discute criticamente as contradições e os limites do modelo metropolitano vigente, antes das considerações finais.

1 PLANEJAMENTO URBANO, DESENVOLVIMENTO E HISTÓRIA: NOTAS TEÓRICAS

Este trabalho insere-se no campo da história do urbanismo e dialoga com a historiografia latino-americana e brasileira que interpreta o planejamento urbano-regional como prática histórica do Estado, articulada aos projetos desenvolvimentistas do século XX. Conforme apontam Ferrari e Negrelos (2022), o urbanismo latino-americano consolidou-se como instrumento de modernização vinculado à industrialização e à intervenção estatal, constituindo a chamada “cidade latino-americana” como projeto político e intelectual. No Brasil, esse processo assume especificidades regionais, mas mantém como traço comum a centralidade do planejamento na organização territorial. Ao analisar o caso da RMB, observa-se que, embora sua instituição não tenha envolvido cidades novas nas décadas de 1940 e 1950, como ocorreu em regiões centro-sudestinas apontadas por Ferrari e Negrelos (2022), a circulação de ideias desenvolvimentistas parte daquele contexto e se articula, ao menos nos planos metropolitanos, para evidenciar como estratégias de formação de uma urbanização metropolitana, consolidadas nos anos 1970–1980, permanecem operantes, ainda que reatualizadas, revelando permanências históricas na produção do espaço amazônico (Vicentini, 2004).

No campo brasileiro, o tema aproxima-se da tradição que interpreta o planejamento urbano como prática histórica do Estado, especialmente no âmbito do ciclo desenvolvimentista consolidado durante a Ditadura Militar. Esse diálogo entre o caso da RMB e a circulação de ideias urbanísticas pode ser organizado em três frentes. A primeira relaciona planejamento, Estado e desenvolvimentismo, retomando a interpretação segundo a qual o urbanismo moderno no Brasil se estruturou, desde a década de 1930, em estreita associação com a urbanização, a industrialização e o projeto nacional. Essa leitura, presente em autoras como Ferrari e Negrelos (2022), identifica o período de 1930 a 1964 como primeiro ciclo ideológico do desenvolvimentismo brasileiro, com efeitos significativos sobre o planejamento urbano e regional. Nesse horizonte, a RMB pode ser compreendida como expressão tardia e regionalizada desse processo, já nas décadas de 1970 e 1980.

PENSAR FORA DO EIXO

A segunda frente refere-se à questão metropolitana como construção histórica, em diálogo com a historiografia que interpreta as regiões metropolitanas brasileiras como produtos de uma racionalidade estatal específica, especialmente durante o regime militar. Marguti e Krause (2024) demonstram que a institucionalização dessas regiões esteve vinculada ao controle territorial e social, bem como ao planejamento econômico em escala nacional. No caso amazônico, essa racionalidade associa-se ao papel atribuído à região como fronteira do capital nacional, base urbana para a exploração socioambiental e para a produção de commodities (Loureiro, 2002, 2012). O diferencial deste estudo consiste em examinar como tal racionalidade se territorializa na RMB, dimensão ainda pouco explorada pela historiografia.

A terceira frente articula-se à história da cidade, do urbanismo e da urbanização. No plano metodológico, o artigo filia-se especificamente à tradição da história do urbanismo, e não apenas à história urbana em sentido amplo. Esse posicionamento dialoga com reflexões clássicas da área, como as de Fernandes e Gomes (2004), que destacam a centralidade dos planos, das ideias, dos agentes e das instituições na análise do urbanismo brasileiro. Ao relacionar os planos metropolitanos das décadas de 1970 e 1980 aos planos diretores municipais posteriores a 1988, o texto examina o planejamento como discurso, prática e instrumento histórico, articulando ideias, instituições e produção do espaço.

O artigo se aproxima da abordagem que enfatiza a circulação internacional de ideias urbanísticas e suas reinterpretações locais, conforme proposto por Roldan (2023), perspectiva especialmente útil para interpretar a inspiração em modelos estrangeiros e a adaptação dessas referências ao contexto amazônico e metropolitano de Belém. Essa dinâmica pode ser observada nas espacialidades propostas por meio da instalação industrial e na permanência da falta de compromisso ambiental como componente do desenvolvimentismo desde seu nascedouro, cujos efeitos ainda repercutem na atualidade.

2 O PLANEJAMENTO METROPOLITANO NA RMB: DESENVOLVIMENTO, ESTADO E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

A formulação dos planos diretores metropolitanos na RMB insere-se, em certa medida, no contexto mais amplo do planejamento desenvolvimentista brasileiro. Enquanto, no Sudeste, esse planejamento foi fortemente influenciado pela estratégia nacional de industrialização por substituição de importações e pela atuação central do Estado como agente de acumulação de

PENSAR FORA DO EIXO

capital, no Norte, a partir dos anos 1970, consolidou-se o protagonismo econômico da região como fonte de energia hidrelétrica e, posteriormente, como espaço de mineração, pecuária e agroindústria. Conforme explicitado nos diagnósticos que orientaram o planejamento da RMB, o desenvolvimento econômico regional foi concebido a partir da necessidade de reduzir o desequilíbrio estrutural entre as regiões Norte e Sudeste, reconhecendo a posição histórica da Amazônia como exportadora de matérias-primas e consumidora de bens industrializados produzidos no centro-sul do país. Durante a Ditadura Militar, as políticas de desenvolvimento atribuíam à Amazônia a função de garantir saldo positivo na balança comercial brasileira, principalmente por meio de instituições de crédito localizadas na região, como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Banco da Amazônia S.A. (Figura 3).

Figura 3 Campanha publicitária conjunta (1972) da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Banco da Amazônia (Basa)



Fonte: Wenzel (2020).

Nesse contexto, os planos metropolitanos atribuíram papel estratégico ao aumento do trabalho incorporado aos produtos exportados, particularmente nos setores madeireiro e pesqueiro, e à implantação de grandes projetos industriais capazes de mobilizar capital, infraestrutura e força de trabalho. A dependência em relação ao complexo metalúrgico instalado em Barcarena, por exemplo, evidencia a centralidade conferida a empreendimentos industriais de grande escala como motores do desenvolvimento regional e da organização espacial metropolitana.

PENSAR FORA DO EIXO

Essa concepção desenvolvimentista estruturou os chamados planos diretores compreensivos — notadamente o PDGB e o PEM —, que se apoiaram em referenciais teórico-histórico-estruturais, associados à leitura da cidade e da metrópole como produtos de relações sociais, econômicas e políticas. Inspirados por esse arcabouço, os planos articularam três dimensões fundamentais: a estratégia de acumulação de capital, a legitimação social da ação estatal e a organização espacial do território metropolitano.

2.1 Os planos metropolitanos para a RMB

A análise do planejamento metropolitano na RMB exige compreender a inserção desse processo no contexto nacional marcado pela política de substituição de importações, pelo protagonismo do Estado como agente indutor do desenvolvimento e pela busca de integração territorial. Nesse sentido, a RMB se consolida como projeto político e econômico, cuja materialização se apoia em instrumentos como o PDGB e o PEM (Rodrigues et al., 2012).

Os diagnósticos que orientaram esses planos partiram do reconhecimento das desigualdades regionais entre o Norte e o Sudeste do país e da posição histórica da Amazônia como exportadora de matérias-primas e consumidora de bens industrializados produzidos no centro-sul. O desenvolvimento econômico regional foi, assim, concebido como parte de uma estratégia nacional mais ampla, baseada na industrialização e na ampliação da participação do trabalho incorporado aos produtos regionais, especialmente nos setores madeireiro e pesqueiro.

Enquanto formulação espacial, esses planos adotaram como princípio estruturador a noção de descentralização concentrada, orientando a distribuição funcional das atividades urbanas e produtivas em localizações específicas, fora da Primeira Léguas Patrimonial de Belém (Trindade, 1998). Tal estratégia buscava promover a expansão urbana para além do núcleo central de Belém, sem prescindir do controle e da hierarquização do território, inspirando-se em modelos de subúrbio de baixa densidade populacional amplamente difundidos no urbanismo internacional do pós-guerra. A descentralização, nesse sentido, não significava dispersão aleatória, mas a criação de novos polos funcionalmente articulados ao centro metropolitano. À metrópole de Belém, desenhada pela economia da borracha até os anos 1920, acresceu-se uma periferia metropolitana, locus de conjuntos habitacionais em um célere movimento de transformação de terras rurais em urbanas nos municípios de Belém e Ananindeua, que se alastrou para Marituba e Benevides entre 1980 e 1990.

PENSAR FORA DO EIXO

Figura 4 Representação da forma de expansão urbana adotada pelo PDGB



Fonte: CODEM; BNH; DS (1975).

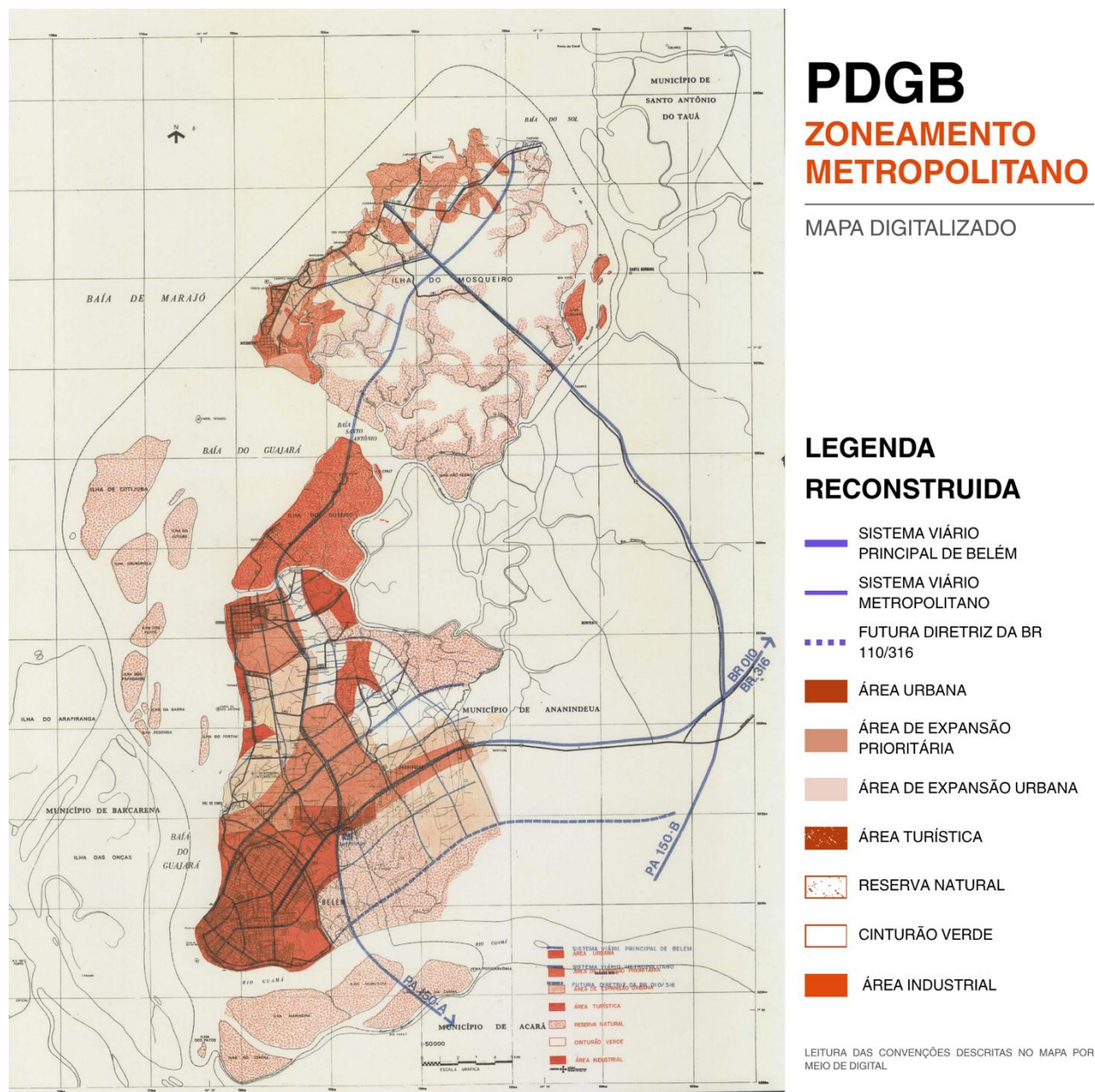
Na figura, é possível observar a mancha urbana do que é considerado o centro comercial metropolitano, as áreas institucionais delimitadas pela Ditadura Militar para a localização de bases militares e o planejamento de vetores de expansão para além do município de Ananindeua. Ao mesmo tempo em que se estabelece uma ordem metropolitana, são criados pontos para subcentros que correspondem aos núcleos urbanos dos municípios metropolitanos localizados ao longo da Rodovia BR-316 e do sistema fluvial.

O Plano de Estruturação Metropolitana de 1980 aprofundou a lógica de descentralização concentrada ao propor um macrozoneamento que articulava centros terciários, áreas e distritos industriais, vinculando explicitamente o ordenamento territorial à geração de empregos nos setores industrial e de serviços (Figura 5). A infraestrutura urbana e de transportes assumiu papel central

PENSAR FORA DO EIXO

como suporte material dessa estratégia, reforçando a ideia de que a organização espacial deveria servir diretamente aos objetivos do desenvolvimento econômico.

Figura 5 Macrozoneamento proposto para a RMB no PEM de 1980.



Fonte: Geotécnica et al. (1980).

PENSAR FORA DO EIXO

3. MUNICIPALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO E REINTERPRETAÇÃO DA ESTRATÉGIA METROPOLITANA: CONTINUIDADES HISTÓRICAS SOB NOVAS INSTITUCIONALIDADES

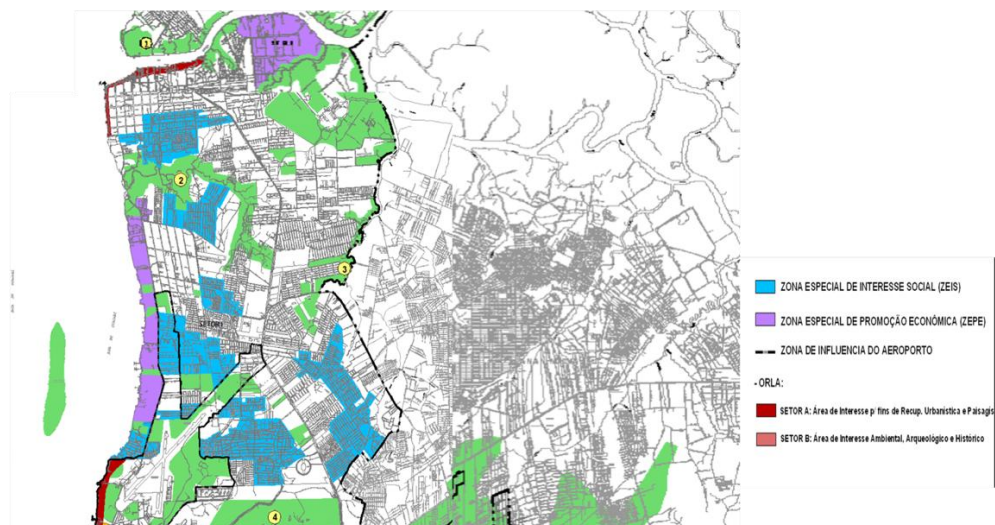
A promulgação da Constituição Federal de 1988 introduziu mudanças institucionais significativas no campo do planejamento urbano no Brasil, redefinindo competências e atribuindo aos municípios papel central na condução das políticas urbanas. No plano formal, esse novo arranjo representou uma inflexão em relação ao modelo tecnocrático e centralizado que marcou o período de institucionalização das regiões metropolitanas durante o regime militar. No entanto, a análise histórica da Região Metropolitana de Belém revela que a municipalização do planejamento não implicou ruptura substantiva com as estratégias territoriais anteriormente formuladas, mas antes sua reinterpretação e reatualização em novas bases institucionais.

A partir dos anos 2000, a elaboração dos planos diretores municipais passou a constituir o principal instrumento de ordenamento territorial, agora orientado pelo Estatuto da Cidade e por discursos associados à função social da propriedade e à gestão democrática. Ainda assim, a incorporação das diretrizes metropolitanas ocorreu de forma seletiva, preservando elementos centrais da racionalidade desenvolvimentista construída nas décadas anteriores. A comparação entre os planos diretores de Belém, Ananindeua, Marituba e Benevides evidencia que, embora variem em escala e detalhamento, esses instrumentos mantêm como eixo estruturador a articulação entre uso do solo, infraestrutura e atividades produtivas.

Os planos diretores municipais elaborados a partir de 1988, como é o caso de Belém (1993; 2008), reafirmam o papel da infraestrutura urbana e dos sistemas de circulação como elementos organizadores do território. Na figura 6, extraída do Plano Diretor de Belém, é possível identificar a Zona Especial de Produção Econômica, localizada na orla do Rio Maguari, na fronteira com Ananindeua. Na figura seguinte, referente ao diagnóstico do Plano Diretor de Ananindeua (Ananindeua, 2022), observa-se o registro de uso industrial da orla na figura 7 em roxo; na sequência, a figura 8 mostra o macrozoneamento do Plano Diretor de Benevides (Benevides, 2006), no qual se destaca a Zona Especial Comercial Industrial (ZECI) em verde no mapa abaixo. Embora não esteja localizada na orla do Rio Maguari, essa zona está conectada, por meio de uma rodovia estadual, à orla do município de Santa Bárbara do Pará. Com exceção de Marituba, os demais municípios incorporam de forma mais explícita a lógica da descentralização produtiva, prevendo áreas destinadas a usos industriais, logísticos e de apoio à circulação metropolitana, reforçando sua função como espaços de suporte à dinâmica econômica regional

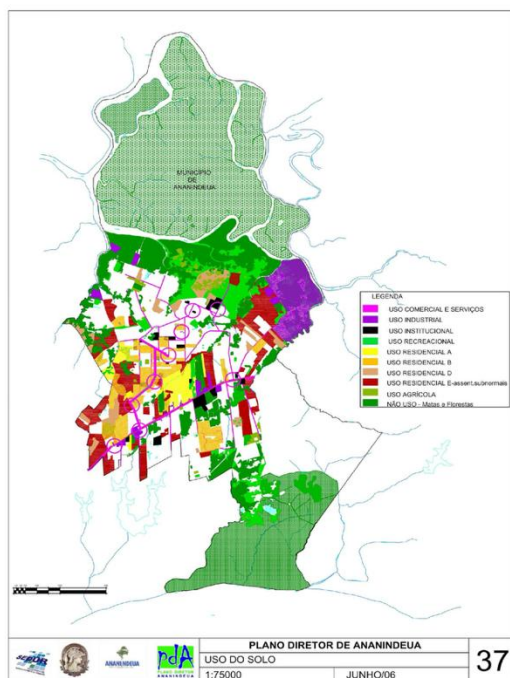
PENSAR FORA DO EIXO

Figura 6 Zoneamento Especial do Plano Diretor de Belém de 2008



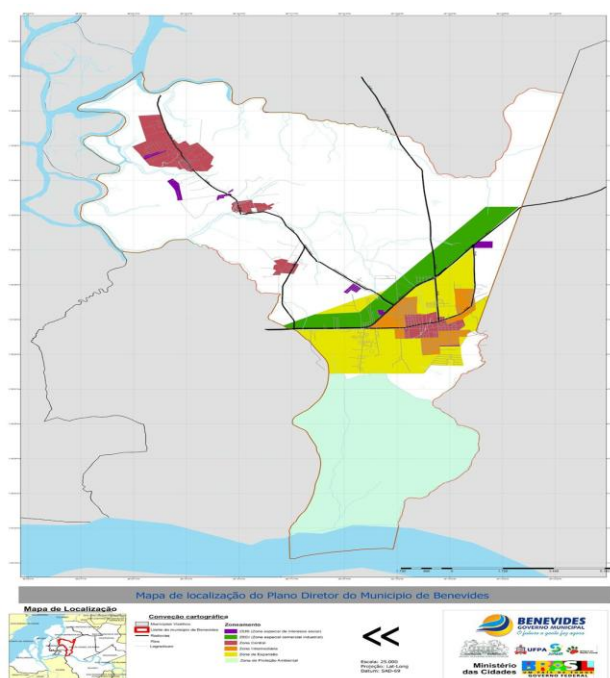
Fonte: Belém (2008).

Figura 7 Mapa de Usos do Solo constante do diagnóstico do Plano Diretor de Ananindeua de 2006.



Fonte: Ananindeua (2006).

Figura 8 Zoneamento Especial do Plano Diretor de Benevides, destaque para a Zona Especial Comercial Industrial (ZECI) em verde no mapa



Fonte: Benevides (2006).

PENSAR FORA DO EIXO

A identificação e a consolidação de distritos industriais na RMB, como os de Icoaraci e Ananindeua, confirmam a incorporação das diretrizes metropolitanas pelos planos diretores municipais. Esses distritos integram uma estratégia territorial de longo prazo, voltada à descentralização produtiva fora do núcleo central de Belém, sem romper a hierarquia regional. Funcionam, assim, como instrumentos de articulação entre planejamento metropolitano e normas locais de uso do solo, revelando a continuidade da organização espacial produtiva na metrópole.

Os planos diretores municipais incorporaram seletivamente essa herança. Embora orientados por novos marcos legais e por discursos associados à sustentabilidade e à gestão democrática, reafirmaram a centralidade das infraestruturas logísticas, dos portos fluviais e das hidrovias como elementos estruturadores do território. A associação entre uso do solo, circulação e atividades produtivas manteve-se como eixo organizador, evidenciando a persistência das diretrizes formuladas nos planos compreensivos das décadas anteriores.

Nesse sentido, a análise histórica dos planos diretores metropolitanos e municipais da RMB permite compreender que a atual configuração do território — marcada pela consolidação de eixos logísticos e áreas industriais — não resulta de decisões pontuais ou recentes. Trata-se, antes, de um processo contínuo de planejamento, no qual ideias, instrumentos e estratégias formuladas ao longo da segunda metade do século XX permanecem moldando a produção do espaço metropolitano. O planejamento urbano-regional emerge, assim, como prática histórica de longa duração, cujos efeitos estruturais ajudam a explicar a conformação contemporânea do território e suas contradições socioespaciais.

Essa incorporação seletiva revela que a municipalização operou menos como ruptura e mais como mecanismo de continuidade institucional. As estratégias metropolitanas das décadas de 1970 e 1980 foram reconfiguradas nos planos diretores municipais, adaptando-se ao novo marco legal sem abandonar seus fundamentos estruturais. A infraestrutura — especialmente o sistema viário — e a localização de atividades produtivas permaneceram como eixos de ordenamento territorial, reforçando a hierarquização espacial da metrópole.

Sob uma perspectiva histórica, esse processo revela a capacidade de adaptação das estratégias de planejamento, que atravessam variados contextos políticos e institucionais mantendo uma coerência territorial relativa. A municipalização, em vez de fragmentar a lógica metropolitana,

favoreceu sua disseminação e capilaridade, permitindo que diretrizes de longa duração fossem absorvidas pelas normativas locais. Dessa forma, a análise dos planos diretores municipais da RMB demonstra que a transição pós-1988 não representou o abandono do projeto metropolitano, mas sua reinterpretação sob novas formas, garantindo a continuidade da lógica industrial-logística e infraestrutural que estrutura, até hoje, a produção do espaço metropolitano.

3.1 O Plano Diretor de Benevides e o Arco Logístico Metropolitano

O Censo 2022, conduzido pelo IBGE, traçou um perfil socioeconômico da Região Metropolitana de Belém (RMB), evidenciando alta densidade populacional, diminuição do número de habitantes em Belém com transferência para cidades vizinhas, e diferenças de renda entre o centro e as áreas periféricas. À época, a RMB era composta por Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Castanhal, Santa Bárbara do Pará e Santa Izabel do Pará, somando mais de 2 milhões de pessoas; Barcarena passou a integrar a região em 2023. Belém registrou redução populacional, caindo de aproximadamente 1,39 milhão em 2010 para 1.303.389 moradores em 2022, representando uma variação de -12,21% frente à estimativa anterior (IBGE, 2022).

A incorporação do município de Benevides à dinâmica metropolitana da RMB em 1995 (Pará, 1995) assume centralidade no processo histórico recente de reorganização territorial, particularmente a partir da consolidação de atividades industriais e logísticas em seu território. O Plano Diretor de Benevides, aprovado em 2006, deve ser compreendido não apenas como instrumento municipal de ordenamento do uso do solo, mas como parte de um processo mais amplo de reatualização das estratégias metropolitanas formuladas desde as décadas de 1970 e 1980.

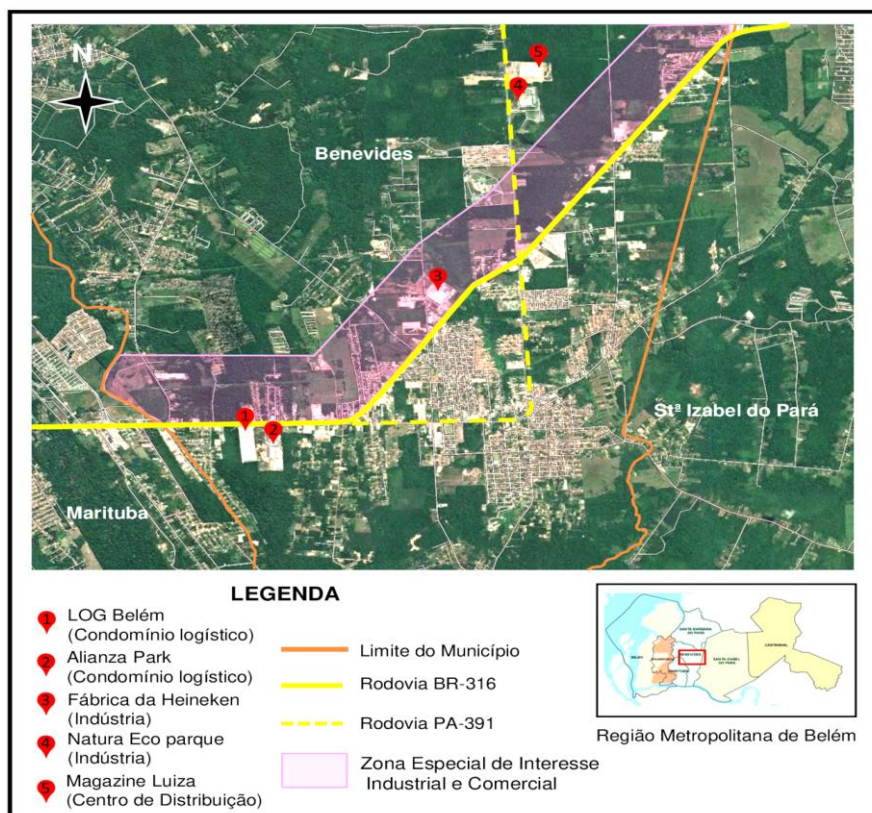
Benevides destaca-se nesse conjunto por assumir, de modo mais evidente, a especialização funcional associada à indústria e à logística. Seu Plano Diretor de 2006 traduziu, em normativas municipais, diretrizes já presentes no planejamento metropolitano de longa duração, articulando disponibilidade de terras, infraestrutura rodoviária e incentivos à localização de grandes empreendimentos. A consolidação do município como eixo do ALM explicita a permanência da lógica industrial-logística e da infraestrutura como elementos centrais da organização territorial, agora operacionalizados na escala local.

Diferentemente dos demais municípios, Benevides passou a ocupar posição estratégica no território metropolitano em função de um conjunto de condições estruturais que o tornaram particularmente atrativo para a localização de grandes empreendimentos industriais e logísticos. A proximidade com

PENSAR FORA DO EIXO

Belém, a conurbação dependente da presença da Rodovia BR-316 atravessando seu território, a disponibilidade de extensas glebas de terra a preços relativamente mais baixos, a existência de recursos hídricos abundantes e a oferta de incentivos fiscais estaduais e municipais configuraram um ambiente favorável à atração de capital produtivo. Esses fatores, longe de serem contingentes, dialogam diretamente com a lógica de descentralização concentrada que orientou o planejamento metropolitano desde sua origem. Benevides incorporou essa condição estratégica ao reconhecer e reforçar a vocação do município para usos industriais e logísticos, articulando o ordenamento do uso do solo à infraestrutura de transportes e à circulação de mercadorias (Benevides, 2004, 2006, 2010, 2023). Ainda que formalmente elaborado em um contexto institucional distinto daquele dos planos diretores compreensivos metropolitanos, o plano municipal reafirma princípios centrais da racionalidade territorial anteriormente formulada, especialmente a subordinação da organização espacial aos objetivos do desenvolvimento econômico.

Figura 9 Mapa da Zona Especial Comercial Industrial de Benevides, com a localização de empreendimentos



Fonte: Sá (2024).

A análise dos empreendimentos implantados no município (quadro 1) evidencia a centralidade da logística e da indústria como vetores contemporâneos de acumulação. Condomínios logísticos de grande porte, centros de distribuição e plantas industriais passaram a ocupar áreas extensas do

PENSAR FORA DO EIXO

território municipal, redefinindo sua função na divisão territorial do trabalho metropolitano. Benevides deixa, assim, de ocupar posição periférica secundária para assumir o papel de nó logístico fundamental na articulação entre produção, circulação e consumo em escala regional.

Quadro 1 Empresas por ramo, tipo de empreendimento, ano de implantação e porte em Benevides

Empresa	Ramo	Tipo de empreendimento	Ano de implantação	Área Ocupada	Capacidade Produtiva/Armazenamento
Alianza Park	Logística	Condomínio Logístico	2012	87.273 m ²	115.000m ²
STHIL	Ferramenta motorizada	Centro de Distribuição	2023	----	7.000m ²
Magazine Luiza	Varejista/e-commerce	Centro de Distribuição	2022	137.021 m ²	53.000 m ²
LOG	Logística	Condomínio Logístico	2022	111.192 m ²	62.465,28 m ²
Natura	Indústria	Fábrica de cosméticos	2014	1.720.000 m ²	18 mil toneladas/ano
Heineken	Indústria	Fábrica de bebidas	2005	186.562 m ²	1,5 milhões de hectolitro/ano

Fonte: Sá (2024).

É nesse quadro que se consolida, ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, aquilo que aqui se denomina “Arco Logístico Metropolitano” (ALM), estruturado pela articulação entre a orla do Rio Maguari e os eixos viários internos de Benevides. A instalação de grandes empreendimentos — como as fábricas da Heineken (2005) e da Natura (2014) (Natura, 2023), centros de distribuição de empresas varejistas e de e-commerce, além de condomínios logísticos privados — materializa diretrizes inscritas no planejamento metropolitano de longa duração. Ao mesmo tempo, esses investimentos passaram a disputar recursos públicos para a implantação de infraestrutura logística, sobretudo viária, reafirmando a centralidade da Rodovia BR-316. A concentração dessas atividades em Benevides revela a eficácia territorial de uma estratégia baseada na combinação entre infraestrutura, regulação do uso do solo e incentivos econômicos.

Há evidências tanto no setor público quanto na iniciativa privada de que Benevides está sendo considerada para se tornar um polo logístico no norte do país. Durante a inauguração do Centro de Distribuição da Magazine Luiza em Benevides, o governador Helder Barbalho afirmou que a vocação logística da cidade é evidente, destacando seu papel como porta de entrada na Região Metropolitana, com acesso por rodovias e vias fluviais. Segundo ele, centros de distribuição desse tipo incentivam a geração de empregos, renda e novas oportunidades (AGÊNCIA PARÁ, 2022).

PENSAR FORA DO EIXO

Do ponto de vista historiográfico, esse processo não pode ser interpretado como simples resultado de oportunidades de mercado ou de decisões empresariais isoladas. A consolidação do ALM decorre de uma trajetória de planejamento na qual o Estado, em suas diferentes escalas, atuou como mediador entre interesses econômicos e organização espacial. Nesse contexto, o Plano Diretor de Benevides desempenha papel decisivo ao conferir respaldo normativo à localização dessas atividades, assegurando previsibilidade territorial e institucional aos investimentos privados.

Além disso, a leitura histórica do plano municipal evidencia a permanência de uma concepção de desenvolvimento fortemente ancorada na atração de grandes empreendimentos e na especialização funcional do território. A lógica industrial-logística reafirma a centralidade da infraestrutura rodoviária e dos sistemas de circulação como elementos estruturadores do espaço urbano, reforçando padrões de ocupação extensiva do solo e baixa densidade populacional em áreas destinadas à produção e ao armazenamento.

Nesse sentido, o ALM pode ser interpretado como a expressão contemporânea de uma estratégia territorial concebida décadas antes, agora reatualizada sob novas formas de acumulação associadas à logística, à financeirização do espaço e à expansão do comércio em larga escala. O Plano Diretor de Benevides opera como instrumento de mediação dessa transição, traduzindo diretrizes metropolitanas históricas em normativas municipais ajustadas ao contexto econômico do século XXI.

Entretanto, a consolidação desse arco também explicita contradições inerentes ao modelo de desenvolvimento adotado. A intensificação dos usos industriais e logísticos no território de Benevides impõe pressões significativas sobre o meio ambiente, os recursos hídricos e as formas de ocupação urbana, ao mesmo tempo em que reforça padrões de segregação socioespacial característicos do planejamento orientado prioritariamente pela lógica da acumulação. Essas tensões recolocam, em novos termos, os dilemas históricos entre desenvolvimento econômico, organização do território e reprodução social na metrópole.

A relação entre o Plano Diretor de Benevides e a organização do ALM permite compreender que a configuração atual do território não representa ruptura com o passado, mas continuidade reconfigurada de estratégias de planejamento de longa duração. O caso evidencia como instrumentos municipais podem funcionar como engrenagens decisivas na materialização de projetos metropolitanos historicamente formulados, reafirmando a persistência das ideias de

PENSAR FORA DO EIXO

planejamento que moldaram a produção do espaço na RMB. Com a emergência de Benevides como polo estratégico, o ALM deve ser entendido como expressão contemporânea de diretrizes metropolitanas reatualizadas ao longo das últimas décadas. Longe de constituir mera novidade, esse fenômeno revela a adaptação de uma lógica territorial que privilegia a localização seletiva de indústrias e centros de distribuição em áreas dotadas de infraestrutura e conectividade regional. Desse modo, o presente é tomado como objeto histórico, permitindo examinar como estratégias originalmente formuladas no ciclo desenvolvimentista se transformam diante de novas formas de acumulação — como logística e e-commerce — sem perder sua coerência estrutural. Essa abordagem evita tanto o tom celebratório dos discursos políticos quanto uma descrição superficial, evidenciando as tensões entre desenvolvimento econômico, ordenamento territorial e reprodução social na metrópole.

4. CONTRADIÇÕES, CONFLITOS E LIMITES HISTÓRICOS DO MODELO

A análise histórica do planejamento metropolitano da Região Metropolitana de Belém e de seus desdobramentos contemporâneos na consolidação do Arco Logístico Metropolitano evidencia contradições estruturais do modelo de desenvolvimento adotado. Tais contradições não constituem efeitos colaterais inesperados, mas expressam limites históricos de uma racionalidade orientada pela acumulação de capital e pela instrumentalização do território como suporte à circulação e à produção econômica.

Um primeiro aspecto diz respeito aos impactos socioambientais acumulados ao longo do tempo. A estratégia de expansão industrial e logística, desde os planos metropolitanos das décadas de 1970 e 1980 até sua reatualização recente em municípios como Benevides, produziu pressões crescentes sobre o meio ambiente metropolitano, em especial sobre os recursos hídricos, o solo e os ecossistemas sensíveis característicos da Amazônia. A localização de grandes empreendimentos em áreas extensas, associada à ocupação de baixa densidade e à dependência da infraestrutura rodoviária, reforçou padrões de uso intensivo do território, com efeitos cumulativos que extrapolam os limites municipais e comprometem a sustentabilidade ambiental da metrópole como um todo.

Esses impactos não podem ser compreendidos de forma dissociada da própria concepção de planejamento que orientou a organização espacial da região. Desde sua origem, o planejamento metropolitano privilegiou a infraestrutura, a indústria e a logística como vetores do desenvolvimento,

PENSAR FORA DO EIXO

subordinando a dimensão ambiental a uma lógica funcional e produtivista. A persistência dessa racionalidade ao longo do tempo evidencia um limite histórico do modelo, incapaz de incorporar de maneira substantiva as especificidades ecológicas do território amazônico.

Outro eixo central de contradição refere-se à produção de desigualdades espaciais. A estratégia de descentralização concentrada, ao promover a localização seletiva de atividades produtivas em determinados eixos e municípios, contribuiu para a especialização funcional do território metropolitano e para a hierarquização espacial entre áreas de produção, circulação e reprodução social. Municípios como Benevides passaram a concentrar atividades industriais e logísticas de grande porte, enquanto a provisão de infraestrutura urbana, serviços públicos e equipamentos sociais permaneceu insuficiente para atender às demandas geradas por essa dinâmica.

Nesse sentido, o planejamento urbano-regional atuou como mecanismo ativo de produção de desigualdades, ao orientar investimentos e usos do solo de forma assimétrica no território metropolitano. A lógica de atração de grandes empreendimentos, amparada por incentivos fiscais e normativas urbanísticas favoráveis, reforçou a dissociação entre os espaços de produção econômica e os espaços da vida cotidiana, aprofundando processos de segregação socioespacial já historicamente presentes na metrópole.

As tensões entre desenvolvimento econômico e reprodução social constituem, assim, um elemento estruturante desse modelo. A ênfase na competitividade territorial, na logística e na circulação de mercadorias não se traduziu, de maneira equivalente, em melhorias nas condições de vida da população local. Ao contrário, a expansão de atividades industriais e logísticas intensificou conflitos relacionados ao uso do solo, à mobilidade urbana, ao acesso à moradia e à oferta de serviços básicos, revelando os limites de um planejamento que prioriza a funcionalidade econômica em detrimento da reprodução social.

Do ponto de vista historiográfico, essas contradições dialogam com a tradição crítica do urbanismo brasileiro, que há décadas vem problematizando o papel do planejamento como instrumento de mediação entre Estado e capital. Autores dessa vertente destacam que o urbanismo moderno no Brasil, longe de constituir um projeto neutro de ordenamento do espaço, esteve historicamente associado à reprodução das desigualdades sociais e territoriais, operando como parte integrante do processo de acumulação capitalista. O caso da RMB reafirma essa leitura ao evidenciar como estratégias formuladas no interior do projeto desenvolvimentista continuam a produzir efeitos estruturais no presente.

PENSAR FORA DO EIXO

Ao mesmo tempo, a análise histórica permite compreender que tais limites não decorrem apenas de falhas de implementação ou de déficits institucionais, mas estão inscritos na própria lógica do modelo adotado. A persistência do planejamento como instrumento de viabilização econômica, com reduzida capacidade de integrar de forma substantiva as dimensões social e ambiental, revela a necessidade de revisitar criticamente os fundamentos históricos que orientaram a produção do espaço metropolitano.

Dessa forma, o ALM emerge não apenas como resultado de uma trajetória de planejamento econômico, mas também como expressão das contradições históricas de um modelo que tensiona desenvolvimento e reprodução social. A crítica histórica ao planejamento urbano-regional da Região Metropolitana de Belém contribui, assim, para ampliar o debate sobre os limites do urbanismo desenvolvimentista no Brasil, especialmente em contextos amazônicos, nos quais os conflitos socioambientais assumem particular intensidade.

A inclusão do município de Barcarena na Região Metropolitana de Belém destaca seu papel como importante polo industrial do Pará, abrigando fábricas essenciais de alumina e o principal porto de exportação. Esse fato reforça pontos discutidos ao longo deste artigo, especialmente no contexto das estratégias de desenvolvimento que estão sendo revisitadas e renovadas. Embora Barcarena não integre o chamado Arco Logístico devido à distância em relação aos demais municípios metropolitanos, o acesso à região não ocorre pela BR-315, mas predominantemente por vias fluviais, enquanto as rotas rodoviárias são caras e apresentam problemas de integração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso analítico desenvolvido neste artigo confirma a hipótese de que a conformação contemporânea do Arco Logístico Metropolitano da Região Metropolitana de Belém não constitui fenômeno recente, tampouco resulta exclusivamente de dinâmicas econômicas atuais. Trata-se, antes, de um desdobramento histórico de estratégias de planejamento urbano-regional formuladas desde a institucionalização da RMB, particularmente nos planos diretores compreensivos das décadas de 1970 e 1980.

A análise do Plano Diretor da Grande Belém (1975) e do Plano de Estruturação Metropolitana (1980) evidenciou a consolidação de uma racionalidade territorial fortemente vinculada ao projeto

PENSAR FORA DO EIXO

desenvolvimentista do Estado brasileiro, na qual o planejamento urbano-regional operava como instrumento de organização do espaço em função da acumulação de capital, da expansão industrial e da integração logística. A adoção da descentralização concentrada como princípio estruturador do território metropolitano expressou a tentativa de compatibilizar expansão urbana, controle espacial e desenvolvimento econômico, projetando uma estrutura territorial de longo prazo.

Esse arcabouço não se esgotou com as transformações institucionais posteriores à redemocratização. A municipalização do planejamento urbano e a elaboração de novos planos diretores a partir dos anos 2000 não significaram uma ruptura substantiva com a lógica metropolitana previamente estabelecida. O Plano Diretor de Benevides (2006) evidencia essa continuidade ao incorporar, em escala municipal, diretrizes que reforçam a vocação industrial e logística do território, articulando uso do solo, infraestrutura rodoviária e atração de grandes empreendimentos.

A consolidação do ALM, com destaque para Benevides, materializa essa herança histórica. A concentração de indústrias, centros de distribuição e condomínios logísticos no município revela a eficácia territorial de uma estratégia construída ao longo de décadas, na qual o Estado — por meio de planos, normas e investimentos em infraestrutura — mediou interesses econômicos e organização espacial. O arco logístico emerge, assim, como expressão contemporânea de uma estratégia metropolitana de longa duração, reatualizada por formas recentes de acumulação associadas à logística, ao comércio em larga escala e à financeirização do espaço.

Ao tratar o planejamento urbano-regional como prática histórica, o artigo contribui para o campo da história do urbanismo ao evidenciar como ideias, instrumentos e racionalidades formuladas no passado continuam a moldar a produção do espaço metropolitano no presente. O caso da Região Metropolitana de Belém demonstra que a Amazônia não ocupa posição marginal nos processos históricos de planejamento, mas constitui espaço privilegiado para compreender a persistência e a reconfiguração de estratégias desenvolvimentistas no território brasileiro.

Os resultados desta análise apontam para importantes desdobramentos em estudos futuros. Em primeiro lugar, sugerem a necessidade de aprofundar investigações sobre os impactos socioambientais acumulados desse modelo de desenvolvimento, especialmente em contextos metropolitanos amazônicos marcados por elevada vulnerabilidade ambiental e desigualdades socioespaciais. Em segundo lugar, indicam a relevância de estudos comparativos com outras

PENSAR FORA DO EIXO

regiões metropolitanas brasileiras, capazes de identificar semelhanças e especificidades na reatualização contemporânea das estratégias de planejamento formuladas durante o ciclo desenvolvimentista.

Por fim, o trabalho abre caminho para análises que articulem história do urbanismo, governança metropolitana e economia política do espaço, explorando de que modo o planejamento permanece como instrumento central na produção do território, mesmo em contextos institucionais e econômicos profundamente transformados. Ao evidenciar a longa duração das estratégias espaciais na Região Metropolitana de Belém, o artigo reafirma a importância da abordagem histórica para compreender os dilemas atuais do planejamento urbano e regional no Brasil.

REFERÊNCIAS

ANANINDEUA. Lei Municipal nº 2.237, de 2006. **Institui o Plano Diretor de Ananindeua e dá outras providências**. Ananindeua: Prefeitura Municipal de Ananindeua, 2006. Disponível em: <https://planodiretorananindeua.wordpress.com/leituras/mapas/>. Acesso em: 3 out. 2022.

BELÉM. Lei nº 7.603, de 3 de fevereiro de 1993. **Plano Diretor Urbano do Município de Belém**. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém e dá outras providências. Belém: Prefeitura Municipal de Belém, 1993.

BELÉM. Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008. **Plano Diretor Urbano do Município de Belém**. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém e dá outras providências. Belém: Prefeitura Municipal de Belém, 2008.

BENEVIDES. Decreto Municipal nº 118, de 2010. **Dispõe sobre a ampliação da Zona Especial de Interesse Industrial e Comercial**. Benevides: Prefeitura Municipal de Benevides, 2010.

BENEVIDES. Lei Municipal nº 1.031, de 11 de outubro de 2006. **Dispõe sobre o ordenamento territorial do município de Benevides e dá outras providências**. Benevides: Câmara Municipal de Benevides, 2006. Disponível em: https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/RedeAvaliacao/Benevides_PlanoDiretorPA.pdf. Acesso em: 21 out. 2022.

BENEVIDES. Lei Municipal nº 1.000, de 2004. **Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para a instalação de novos empreendimentos econômicos no município de Benevides**. Benevides: Prefeitura Municipal de Benevides, 2004. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1n-loH_n34mERVGr00QjrBz5tDm6FHAWI/view. Acesso em: 5 jul. 2024.

BENEVIDES. Lei Municipal nº 1.411, de 2023. **Cria o Distrito Industrial de Benevides**. Benevides: Prefeitura Municipal de Benevides, 2023. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1fpfLfxjykv30yOOQP_I350IR_T57s4f/view. Acesso em: 10 jul. 2024.

PENSAR FORA DO EIXO

BRASIL. Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973. **Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza.** Brasília, DF: Presidência da República, 1973.

CARDOSO, Ana; FERNANDES, Danilo; LIMA, José. Região Metropolitana de Belém: um balanço de quatro décadas. In: DUARTE, Ana; LIMA, José (org.). **Belém: transformações na ordem urbana.** Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2015. p. 17-32.

CODEM; BNH; DS. **Plano de Desenvolvimento da Grande Belém — PDGB.** Belém: CODEM/BNH/DS, 1975.

FADESP. **Subsídios para revisão do Plano Diretor de Belém.** Belém: FADESP, 2024.

FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio. História da cidade e do urbanismo no Brasil: reflexões sobre a produção recente. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 56, n. 2, p. 23-35, 2004.

FERRARI, Camila; NEGRELOS, Eulalia P. Urbanização, Estado e planejamento entre 1945 e 1964: especificidades brasileiras na América Latina. **Historia y problemas del siglo XX**, v. 16, n. 2, 2022.

GEOTÉCNICA CONSULTORES; CODEM; SEPLAN. **Plano de Estruturação Metropolitana de Belém.** Belém: Geotécnica Consultores, 1980.

IBGE. **Censo Demográfico 2022.** Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?localidade=BR>. Acesso em: 5 abr. 2026.

LOUREIRO, Violeta. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, 2002.

LOUREIRO, Violeta. A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 527-552, 2012.

MARGUTI, Bárbara; KRAUSE, Cleandro. Passado e futuro das regiões metropolitanas brasileiras: a gênese da questão metropolitana, as redefinições no período democrático e os desafios atuais para o planejamento urbano-metropolitano. In: COSTA, Marco (org.). **50 anos de regiões metropolitanas no Brasil e a política nacional de desenvolvimento urbano: no cenário de adaptação das cidades às mudanças climáticas e à transição digital.** Brasília, DF: IPEA, 2024. p. 45-74.

MB CAPITAL. **Centro Logístico Alianza Park.** Belém: MB Capital, 2018. Disponível em: <https://mbcapital.com.br/empreendimento/alianza-park/>. Acesso em: [inserir data de acesso].

NATURA. Natura inaugura complexo industrial sustentável em Benevides e propõe inovação em rede. **Blog Natura Campus**, [s. l.], 2014. Disponível em: <http://www.naturacampus.com.br/cs/naturacampus/post/2014-04/natura-inaugura-complexo-industrial-sustentavel-em-benevides>. Acesso em: 7 fev. 2023.

PARÁ. Lei Complementar nº 027, de 19 de outubro de 1995. **Institui a Região Metropolitana de Belém e dá outras providências.** Belém: Governo do Estado do Pará, 1995.

PENSAR FORA DO EIXO

PARÁ. Lei Complementar nº 072, de 20 de abril de 2010. **Altera a Lei Complementar nº 027, de 19 de outubro de 1995.** Belém: Governo do Estado do Pará, 2010.

PARÁ. Lei Complementar nº 076, de 28 de dezembro de 2011. **Altera a Lei Complementar nº 027/1995 e dá outras providências.** Belém: Governo do Estado do Pará, 2011.

PARÁ. Lei Complementar nº 164, de 5 de abril de 2023. **Altera a Lei Complementar nº 027, de 19 de outubro de 1995, que instituiu a Região Metropolitana de Belém.** Belém: Governo do Estado do Pará, 2023.

RODRIGUES, R.; PONTE, Juliano; LIMA, José; BARROS, Naiara; DURANS, Renata; GALVÃO, Lilia. Dos superplanos à metrópole dispersa: a influência do Plano de Desenvolvimento da Grande Belém e do Plano de Estruturação Metropolitana para a configuração da Região Metropolitana de Belém. In: SEMINÁRIO CIDADE E URBANISMO, 12., 2012, Porto Alegre. **A circulação das ideias na construção da cidade: uma via de mão dupla.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. v. 1.

ROLDAN, D. D. Circulação de ideias e suas apropriações: uma reflexão sobre a história do urbanismo na América Latina em diálogo com perspectivas das histórias conectadas e teorias decoloniais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 25, e202304, 2023. DOI: 10.22296/2317-1529.rbeur.202304.

SÁ, Marco. **Gestão territorial e desenvolvimento econômico: o caso do município de Benevides-PA.** 2024. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2024.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro. **A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana.** 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

VICENTINI, Yara. **Cidade e história na Amazônia.** Curitiba: Editora UFPR, 2004.

WENZEL, Fernanda. “A Amazônia já era!”: como a imprensa glorificou a destruição da floresta na ditadura militar. **O Eco**, 4 out. 2020. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/a-amazonia-ja-era-como-a-imprensa-glorificou-a-destruicao-da-floresta-na-ditadura-militar/>. Acesso em: 13 nov. 2025.